

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

1

Educação popular e educação de jovens e adultos: memória e história

Osmar Fávero
Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense,
atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação.
Coordenador do Nedeja

Elisa Motta
Mestre em Educação pela PUC-Rio,
Auxiliar de Pesquisa no Nedeja

Antecedentes

O Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos (NEDEJA) foi criado na Universidade Federal Fluminense (UFF) em meados de 2000, tendo como principal objetivo catalogar o acervo bibliográfico disponível, reunido por seu coordenador ao longo dos últimos 60 anos, e organizar um banco de fontes documentais sobre a educação popular e a educação de jovens e adultos no Brasil. Pretendia-se, também, disponibilizar esse acervo para consulta dos estudiosos sobre o tema, especialmente professores e alunos dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado da UFF, bem como pesquisadores de outras entidades.

A documentação relativa à memória dos movimentos de cultura e educação popular e, mais recentemente, da educação de jovens e adultos, especialmente das atividades governamentais nessa área, representa o maior volume do acervo organizado pelo NEDEJA, com mais de duas mil fontes documentais. Compreende projetos, programas e propostas, documentos instituidores de campanhas e movimentos, relatórios de experiências, depoimentos, entrevistas, livros, artigos, fotos, números especiais de periódicos sobre a temática e especialmente material didático, entendido em sentido amplo: cartilhas, livros, folhetos de cordel, vídeos, filmes, fotos, diapositivos etc.

Muitos desses materiais são exemplares raros, originais ou únicos, recolhidos em arquivos particulares, documentos salvos do pouco apreço à preservação de nossa memória ou que sobreviveram à desestruturação dos movimentos populares ocorrida no país após o golpe de 1964, guardados em situações adversas: embaixo de caixas d'água, no teto de igrejas ou mesmo enterrados.

Este acervo é permanentemente enriquecido pela incorporação de outros documentos e livros relativos à história e às experiências de educação popular e educação de jovens e adultos, além de materiais que estão sendo produzidos atualmente, com a realização de entrevistas e especialmente teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação na área de Ciências Humanas, em especial Educação e História.

A equipe de pesquisa é formada pelo coordenador e por um vice-coordenador do NEDEJA, professores, doutorandos e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF que se interessam pela área de educação de jovens e adultos, uma assistente de pesquisa e bolsistas de iniciação científica ou extensão. Conta-se também

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

com a colaboração e assessoria de colegas de outras universidades, especialmente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Articula-se ainda com colegas de todo o país, pela participação no Grupo de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

O trabalho com o acervo documental foi realizado em três fases, cada uma delas gerando um módulo específico, salvo em um DVD-Rom. O conjunto dos três DVD-Rom está reunido neste *thesaurus*.

1ª fase: Memória da Educação Popular I

A primeira fase, cobrindo o período 1947-1967, compreendeu dois momentos:

a) recuperação do acervo relativo às campanhas de alfabetização e educação de adultos promovidas pelo governo federal, por meio do então Ministério da Educação e Saúde e pelo Ministério da Agricultura, do final dos anos de 1940 até meados dos anos de 1960: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha de Educação Rural (CNER), Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) e Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA);

b) sistematização do acervo dos movimentos de cultura e educação popular, criados nos primeiros anos de 1960 e extremamente ativos até março de 1964: Movimento de Cultura Popular (MCP), do Recife; Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, de Natal; Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR); Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se desdobrou em vários estados; Movimento de Educação de Base (MEB), com atuação no meio rural do Nordeste, Centro-Oeste e Norte; e as primeiras experiências do Sistema Paulo Freire de Alfabetização,¹ realizadas inicialmente no MCP, depois em Angicos, no Rio Grande do Norte, e previstas para serem ampliadas no Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que pretendia alfabetizar cinco milhões de jovens e adultos em dois anos.

Este primeiro módulo exigiu demorado trabalho de higienização dos materiais, elaboração de breve histórico de cada campanha ou movimento e reunião de livros e revistas, contendo artigos, ensaios e depoimentos sobre os mesmos. Os livros foram resenhados e os artigos, ensaios e depoimentos, devidamente referenciados, reproduzidos junto a outros materiais originais: arquivos de áudio e vídeo contendo músicas, entrevistas e fotos.

Como o acesso a essas fontes é restrito, pelas dificuldades normais do manuseio e por não se dispor no NEDEJA de pessoal para o atendimento dos interessados, a fim de facilitar sua utilização, organizou-se um primeiro DVD-Rom, contendo a parte mais importante do acervo. Em 2004, com o apoio financeiro da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da

¹ Normalmente nomeia-se “método” Paulo Freire; na verdade, Paulo Freire propôs um “sistema de educação de adultos”, compreendendo desde a alfabetização, como primeiro estágio, até a universidade popular.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

Educação (MEC), foram produzidas 300 cópias desse DVD-Rom, distribuídas gratuitamente para centros de pesquisa e pesquisadores interessados. Em 2013, com pequena verba recebida da agora SECADI (pelo destaque à Inclusão), foi feita uma segunda edição de 100 exemplares, com o conteúdo bastante enriquecido com novos documentos, outros filmes e vídeos, e reprodução integral de alguns livros, autorizada pelos autores. Esses exemplares também foram distribuídos gratuitamente e esta edição está inteiramente disponibilizada na internet, no portal www.forumeja.org.br/edupopular. Sabe-se que este material tem sido frequentemente utilizado em pesquisas e no apoio a cursos e seminários.

O Quadro 1 apresenta o quantitativo das fontes documentais de cada campanha ou movimento do período 1947-1967, indicando o número de documentos processados, das páginas digitalizadas e o tamanho dos arquivos.

Quadro 1
Fontes documentais digitalizadas para o DVD Educação Popular I

Campanhas ou movimentos	Nº de documentos	Nº de páginas	Tamanho
Campanhas promovidas pelo MÊS - Ministério da Educação e Saúde (1947-1955)	25	1.234	465 MB
MCP – Movimento de Cultura Popular (1961-1964)	55	917	268 MB
MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1967)	41	2.340	367 MB
De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964)	20	417	347 MB
CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba (1962-1964)	12	425	122 MB
CPC – Centro Popular de Cultura da UNE (1962-1964)	39	617	1,57 GB
Sistema de Educação de Adultos Paulo Freire (1963-1964)	50	1.273	708 MB
Textos complementares	09	41	760 KB
TOTAL	251	7.264	4 GB

Os movimentos de cultura e educação popular, criados no início dos anos de 1960, operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de adolescentes e adultos ou de educação rural das décadas de 1940/1950. São propostas diferentes das ações anteriores e o que as faz radicalmente diferentes é o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para a ação política. Assumiam outra concepção do analfabeto e outro entendimento do analfabetismo; partiam da cultura popular como matriz para a educação popular, o que gerou novas expressões na produção do cinema, do teatro e na poesia e possibilitou a “invenção” de novos materiais didáticos e a formação de nova geração de “educadores populares”.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

2ª fase: Educação de Jovens e Adultos (1959/...)

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 desmobilizou todos os movimentos de cultura e educação popular dos primeiros anos dessa década, inclusive com a prisão de vários de seus coordenadores e participantes, e confisco ou destruição do material por eles produzido. Apenas o MEB foi menos atingido, por ser ligado à Igreja Católica. No entanto, para sobreviver, teve de enfraquecer sua linguagem nas transmissões radiofônicas e concentrar sua atuação nos grupos de base. Mesmo assim, cedendo às pressões externas e internas, as últimas, por iniciativa da própria hierarquia eclesiástica, suas diretrizes e sua estrutura foram alteradas e sua forte coordenação nacional só conseguiu manter-se até meados de 1966.

Houve também relativa permanência do modo de se fazer a alfabetização, conforme a proposta do Sistema de Alfabetização Paulo Freire. Apesar da suspensão das atividades do PNA, recém-iniciado em vários estados, o referido Sistema continuou a ser usado, quer sorrateiramente, por iniciativa de pessoas que haviam participado de experiências, quer em “campanhas” mais amplas. Em meados de 1964 foi organizada, por iniciativa da Força Pública do Estado de São Paulo, da Associação Cristã de Moços e da *Folha de S. Paulo*, a Operação Ubatuba, com vista à alfabetização de adultos do litoral norte do estado. A orientação técnica dos trabalhos ficou a cargo de estudantes com experiência no “Método Paulo Freire”, que no ano seguinte organizaram o Movimento de Educação (MOVE), estendendo o trabalho, com a mesma orientação, para outras regiões do interior do estado. No mesmo período, o MEB/Recife, em contrato com o então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), encarregou-se da alfabetização de trabalhadores do Engenho Caxangá, na zona da mata de Pernambuco, que havia sido desapropriado. A metodologia empregada foi a do Sistema Paulo Freire, substituindo-se a projeção de diapositivos por cartazes e textos de fixação. Mas tudo isto cessou após o AI-5, em dezembro de 1968.

Ainda durante os anos de 1960, a Ação Básica Cristã, conhecida como Cruzada ABC, organizada por grupo de professores do colégio evangélico Agnes Erskine e contando com financiamento da Aliança para ao Progresso e apoio do governo federal, que originalmente atuava apenas em Pernambuco, expandiu-se para as áreas nas quais haviam sido implantados círculos de cultura do Sistema Paulo Freire (principalmente na Paraíba, substituindo a CEPLAR) e criados sindicatos rurais (inclusive no antigo estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói).

Além do apoio à Cruzada ABC, houve algumas tentativas do MEC, após o golpe de 1964, de retomar ações relativas à educação de adultos, todas elas frustradas. A única medida concreta foi a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em dezembro de 1967, com nova proposta do governo autoritário para “erradicar o analfabetismo”. Nos dois primeiros anos de existência (1968/1969) do MOBRAL, apenas foram realizados ensaios no sentido de retomar antigas práticas desenvolvidas pelo Serviço de Educação de Adultos, nos anos de 1940/1950, mas agora passando a atuar como órgão apoiador de ações descentralizadas. Ao mesmo tempo, o MEC sofria pressão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para inaugurar outro modo de ação: a *alfabetização funcional*. O fracasso das campanhas nacionais, propostas como educação de base ou educação fundamental,

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

mas na maioria dos casos restrita à alfabetização, levou a UNESCO a criar o Programa Experimental Mundial de Alfabetização Funcional, com base em microexperiências articuladas a projetos concretos de desenvolvimento rural ou modernização produtiva. No caso brasileiro, colocou à disposição do MEC um perito internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que atuou no Brasil durante o ano de 1979, tendo elaborado proposta bastante consistente, da qual apenas foi realizada a experiência com trabalhadores da Cia. Vale do Rio Doce, em Vitória/ES. No entanto, com a mesma orientação, foram realizadas ações mais amplas no Nordeste, em projetos rurais integrados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principalmente em Rio Tinto, na Paraíba, e em Quatis, em Pernambuco, e na área do agreste desses estados, trabalhada pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR).

A partir de 1970, o MOBRAL se desvinculou do MEC, assumindo um sistema paralelo de educação de adultos, com recursos financeiros próprios, oriundos de loteria esportiva e de indicação de até 2% de imposto de renda de empresas. Radicalizou-se, então, como movimento de alfabetização em massa, tendo como presidente o economista Mário Henrique Simonsen e como secretário geral o engenheiro Arlindo Lopes Correia. No período, transformou-se no movimento mais amplo e com maior volume de verbas dentre todos os que se dedicaram à educação de adultos no país. Apesar de denúncias e questionamentos, sua atuação foi até 1985, tendo sido substituído pela Fundação Educar.

No mesmo impulso, o governo federal sistematizou, em 1972, em decorrência da aprovação da Lei n. 5.692/71, amplo programa de Ensino Supletivo, propiciando a complementação do ensino primário, até então de apenas quatro anos, para o ensino de 1º grau, agora definido como de oito anos. Tendo o mercado de trabalho passado a exigir a certificação nesse nível, tornou-se enorme a procura de exames supletivos, que se transformaram em problema equivalente aos exames vestibulares da época, realizados em estádios de futebol. Para atender a demandas específicas – como a formação de professoras leigas e outros profissionais que necessitavam o diploma de 2º grau, na área de saúde, em carreiras auxiliares da engenharia e arquitetura etc. – foram definidos vários projetos, com abrangência e prioridades diversas, material didático próprio e financiamento relativamente farto: Projeto Logos, Projeto Auxilia, Projeto Andrós etc. Foram também criados os Centros de Ensino Supletivo (CES), uma nova concepção de escola destinada a adultos, e implantadas coordenações específicas em praticamente todas as secretarias estaduais de educação.

Ampliaram-se, também, no período, as ações de formação profissional coordenadas pelo Ministério do Trabalho, tanto nas agências ligadas às entidades patronais, com atualização das atividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), como em programas inovadores, como o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial (PIPMOI), depois Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), abrangendo todas as esferas econômicas.

Ainda no contexto dos anos de 1970, por conta da chamada “crise do ensino”, ou seja, pela incapacidade de os sistemas de ensino suportarem a crescente demanda de escolarização e pelas novas exigências de formação profissional postas pela

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

transformação do modo de produção industrial, com a introdução da informática, nasceu, na Europa, a concepção da *educação permanente*. Essas discussões repercutiram no Brasil, não só pela tradução portuguesa do livro *Aprender a ser*, produzido por uma comissão da UNESCO e organizado por Edgar Faure em 1972, como também por artigos e livros de Pierre Furter, especialmente *Educação permanente e desenvolvimento cultural*, publicado pela Editora Vozes, em 1974.

Em decorrência, passou-se a valorizar as formas educativas extra-escolares (também designadas como não-formais), tendo sido realizadas pelo *International Council for Educational Development* (ICDE), pelo Banco Mundial e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), amplas pesquisas sobre experiências educativas não-escolares, tanto no meio urbano como no meio rural. A discussão sobre a proposta do Banco Mundial para a “nova fase” do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e sobre as dificuldades de se construir uma tipologia da educação extra-escolar foi objeto de seminário promovido no Rio de Janeiro, em setembro de 1976, pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), o mestrado em educação da Fundação Getúlio Vargas (FURTER, 1977a; 1977b; BOAVENTURA, HORTA, ROSAS, 1977).

O enfraquecimento dos governos civil-militares no final dos anos de 1970, sua substituição pela Nova República, nos anos de 1980, a abertura das universidades e, sobretudo, as eleições de prefeitos oriundos de partidos de oposição, particularmente do Partido dos Trabalhadores (PT), propiciaram a geração de novos projetos, já definidos como de educação de jovens e adultos.

Abrangendo esse largo período histórico e considerando a diversidade das experiências e movimentos, o acervo relativo a essa fase foi reunido em quatro blocos:

a) os materiais relativos à Cruzada ABC e às experiências mais limitadas do final dos anos de 1960 e início de 1970: Projeto João de Barro e projetos de Alfabetização Funcional;

b) as amplas iniciativas governamentais, durante o período autoritário: MOBRAL, Fundação Educar e Ensino Supletivo, ao qual se subordinava o Projeto Minerva;

c) duas experiências exemplares, realizadas em universidades: Projeto de Alfabetização de Funcionários, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Projeto Zé Peão, da Universidade Federal da Paraíba, realizado em convênio com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM) de João Pessoa;

d) três experiências inovadoras, organizadas inicialmente em municípios, mas com desdobramentos e repercussão nacional: Movimento de Alfabetização (MOVA), Secretaria Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Porto Alegre (SEEJA/POA) e Programa de Educação Juvenil (PEJ), depois Programa de Educação de Jovens e Adultos do Município do Rio de Janeiro (PEJA).

Quadro 2

Fontes documentais digitalizadas para o DVD Educação de Jovens e Adultos

Campanhas ou movimentos	Nº de documentos	Nº de páginas	Tamanho

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

SIREPA – Sistema Rádio Educativo da Paraíba (1959-1969)	1	67	11,5 MB
Cruzada ABC – Movimento de Ação Básica Cristã (1962/1969)	22	1.501	363 MB
Projeto João Barro (Maranhão, 1967-1974)	3	350	95,6 MB
Alfabetização Funcional (Incra/Ancarpe, 1968-1970)	19	665	66,5 MB
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização (1968/1985)	263	14.527	4,89 GB
Ensino Supletivo (MEC, 1972-1980)	66	5.208	888 MB
PAF-UFSCar – Universidade Federal de São Carlos Projeto de Alfabetização de Funcionários (1980/1984)	22	477	162 MB
Fundação Educar (1986/1992)	41	1.075	813 MB
PEJ/PEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos (Rio de Janeiro, 1985/...)	77	5.423	732 MB
MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Prefeitura Municipal de São Paulo (1989/...)	44	1.526	1,38 GB
Projeto Zé Peão (Paraíba, 1990/...)	13	562	1.37 GB
SEJA/MOVA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Palavras de Trabalhador (1997-2004)	13	2.211	432 MB
Textos complementares	7	1.135	32,4 MB
TOTAL	578	34.727	11 GB

3ª fase: Nova fase da Educação Popular (1966/...)

Em contraponto às propostas engendradas pelo Estado e pelas instituições empresariais a ele associadas, e às discussões que ocorriam na Academia, outras ações organizaram-se na sociedade, em termos de apoio e sistematização de iniciativas nascidas dos movimentos populares. Essas ações eram normalmente apoiadas pelas Igrejas católica e protestantes, contando com o financiamento de instituições internacionais, a maioria delas também ligadas às mesmas Igrejas (HADDAD, 2013). Esse é o momento forte da abertura da Igreja católica para a população mais pobre, com as pastorais (dos índios, dos negros, dos operários, da juventude...) e a rica experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), alimentadas pela Teologia da Libertação.

Em 1972, alguns profissionais que provinham dos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos de 1960, particularmente do MEB, e outros ligados às ações pastorais e ao sindicalismo, preocupados com a dispersão daquelas ações, realizaram um seminário que deu origem a uma agência de assessoria e pesquisa em

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

educação, o Pesquisa, Assessoria e Avaliação em Educação (NOVA), com sede no Rio de Janeiro.

Já funcionava no Rio de Janeiro, desde 1964/1965, o Centro Evangélico de Informação (CEI), formado por militantes ligados à Confederação Evangélica do Brasil, afastados de suas igrejas após o golpe civil-militar de 1964. Em 1968, com a incorporação de militantes católicos, o CEI passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação e, em 1974, institucionalizou-se como Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), com uma subsede em São Paulo. No projeto de reflexão sobre o momento político, possibilidades de resistência ao autoritarismo vigente e aspirações de mudanças, com os grupos de base, o CEDI definiu um projeto de educação popular, também em termos de pesquisa e assessoria, e desenvolveu fértil linha de publicações periódicas e avulsas.

Apesar de muito dependente das iniciativas governamentais, inclusive do MOBREAL, e com sua organização estritamente ligada aos bispos, em suas respectivas dioceses, em alguns estados do Nordeste (por exemplo, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí) conseguiu manter uma programação radiofônica e ações de animação popular, atendendo os interesses populares. No caso da Amazônia, em particular Tefé, sua atuação se voltou também para a criação e fortalecimento de associações de ribeirinhos e de seringueiros explorados pelos patrões, tendo atuado até 2004.

Outra rica experiência foi organizada, também desde meados de 1970, por operários e ex-líderes sindicais perseguidos pelo governo autoritário, que discordavam da orientação dos cursos oferecidos pelo SENAI: treinamentos usando manuais de ensino dirigido e formação política na educação de trabalhadores na aceitação do sistema e da ideologia hegemônica. Um grupo de 13 escolas se reuniu no Conselho das Escolas de Trabalhadores (CET) que, assessoradas pela agência Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), passaram a realizar seminários anuais, revendo sua ação, e seminários temáticos, para aprofundar a metodologia de trabalho. Os documentos resultantes desses seminários, na definição de sua pedagogia e os relatórios das oficinas pedagógicas expressam exemplar definição de nova pedagogia para a formação técnico-política de operários.

Por sua vez, ao longo desses mesmos anos, a Secretaria Nacional de Formação da Central Única de Trabalhadores (CUT) definiu as bases do Projeto Político-Pedagógico do Programa de Educação Profissional, expressas nos Programas Integrar e Integração, para os quais foram produzidos materiais didáticos e modos de trabalho extremamente inovadores. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também definiu sua linha de formação política dos militantes e tem produzido farto material para as escolas do movimento e para a formação não escolar dos militantes em geral, em termos de política, e das mulheres e das crianças, em particular, em termos de cultura e de lazer.

Também ligadas aos movimentos sociais e com ações de alfabetização, assessoria a grupos de base e, no início dos anos de 1980, com forte assessoria à formação da CUT e à criação do PT, encontramos duas outras iniciativas, ambas sediadas em São Paulo: o Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* (CEPIS) e o Instituto de Planejamento Regional e Urbano (URPLAN), ligado à PUC/SP, mas com grande independência em relação a ela. Os objetivos do URPLAN eram a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

pesquisa voltada para a problemática das políticas públicas e a assessoria aos movimentos populares; ao longo do tempo desdobrou-se no Grupo de Educação Popular (GEP).

Com ações dirigidas aos chamados *agentes* – profissionais que se dedicavam à alfabetização de pessoas das camadas populares e à educação de jovens e adultos, destacam-se duas outras instituições: Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação (SAPÉ) e VEREDA – Centro de Estudos em Educação. Criado em 1983/1984 e atuando até 2007/2008, o SAPÉ desenvolveu uma proposta alternativa de diálogo na troca de saberes e na perspectiva democrática nas relações de poder. A partir de pesquisa experimental realizada em classes de alfabetização de jovens e adultos e da experiência dos “coletivos de formação”, produziu três números do *Almanaque do Aluá*, material didático ao mesmo tempo tradicional e inovador para a educação de jovens e adultos. Por sua vez, o VEREDA, criado em 1982, ancorou-se fortemente na pedagogia de Paulo Freire, produzindo materiais originais para *agentes* e professores.

O que estou designando como “nova fase” da Educação Popular, fortemente apoiada por financiamento internacional, foi marcada pela definição de novas formas de trabalho, com os movimentos sociais em geral e com os movimentos sindicais e políticos, em particular com a reorganização das bases sindicais e a criação da CUT e do PT. Foi marcada também pela abertura dessas *agências* e *centros* em relação a outros movimentos e instituições da América Latina, em fértil parceria de estudos e troca de experiências e por um esforço de reflexão bastante importante. Como nos dizem Aída Bezerra e Rute Rios, no artigo “La negociación”:

O período da ditadura militar, assim como ocorreu em vários países da América Latina, empurrou o que subsistiu dessa época [início dos anos de 1960] – enquanto uma qualidade nova da intervenção educativa junto às camadas populares – para a clandestinidade, semiclandestinidade e para o isolamento. Foi uma fase que se caracterizou pela resistência às forças de repressão e pelo estudo do marxismo como apoio teórico da ação desenvolvida. Althusser, Lukács e Gramsci eram os autores a quem mais recorriam os educadores ou os encarregados da formação de quadros. Sem esquecer, evidentemente, a influência que teve Mao Tse Tung e a experiência chinesa sobre determinados grupos.

Somente a partir da segunda metade dos anos de 1970 é que começou a ser analisada criticamente a acumulação que as iniciativas de educação popular fizeram ao longo desse percurso histórico/político/pedagógico. Falamos de uma exploração mais abrangente e que não se ateve, somente, à reserva imediata de instrumentos teórico-práticos – de mobilização, organização e ações mais especificamente educativas – utilizados em função do fortalecimento do poder de intervenção das camadas populares. Aliás, essa aliança dos educadores com os grupos populares sempre foi clara e explícita em suas intenções, mas nunca chegou a ter (salvo raras exceções) muita consistência nem em seus fundamentos nem em suas consequências, dado, possivelmente, o grau de ativismo que caracterizava as intervenções.

A credibilidade que uma grande parte desses educadores emprestava ao seu esquemático/simplificado suporte teórico, sobretudo os mais letrados, lhes tinha dado margem a se relacionar com certa superioridade com os grupos populares, cujo estágio de consciência política era considerado insuficientemente instrumentalizado para o

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

inadiável confronto de classes. Ao mesmo tempo, a vocação de serviço e dedicação aos mais pobres (levando em conta aí que a maioria dos quadros de educação popular era recrutada nos meios cristãos ou entre militantes de organizações marxistas) levava-os a dignificar eticamente o tipo de intervenção e a valorizar o humilde e o simples quase que por categorias religiosas.

A militância chamada salvacionista foi um resultado compreensível desse casamento da utopia política com a construção do Reino. No entanto, foi por esse viés que se inaugurou uma nova forma de compromisso social da educação com as populações deserdadas do protecionismo estatal e restringidas, pelos mecanismos de expropriação do sistema, no seu desempenho sociopolítico. (BEZERRA; RIOS, 1995)²

O grande número de *agências* ou *centros* (hoje considerados organizações não governamentais) e seu largo período de atuação, de meados dos anos de 1970 alguns até os dias atuais, e a dificuldade de reunião dos documentos produzidos, permitiram apenas seu registro e algumas análises preliminares.³ Da mesma forma, é impossível detalhar a parceria com movimentos e instituições da América Latina, em especial a significativa produção no que diz respeito à definição da educação popular e sua relação com os movimentos sociais.

O acervo documental trabalhado nesta fase compreende materiais produzidos por instituições, universidades, movimentos sociais e particularmente por *agências* ou *centros*, que assumiram e assumem, em suas ações e nos materiais elaborados, a perspectiva política e os modos de ação da educação popular, constantes do Quadro 3.

Quadro 3
Fontes documentais digitalizadas para o DVD Educação Popular II

Campanhas ou movimentos	Nº de documentos	Nº de páginas	Tamanho
CTC – Centro de Trabalho e Cultura (1966/...)	6	1.314	71,4 MB
MEB – Movimento de Educação de Base (1968/2004)	18	1.823	613 MB
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974/1994)	30	1.924	1,05GB
NOVA - Pesquisa e Assessoria em Educação (1974?/...)	96	2.673	849 MB

² A transcrição foi retirada do original em português.

³ Muitos outros centros tiveram atuação destacada no período, alguns com expressão nacional, como a Federação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e o Centro Pastoral Vergueiro, e outras de expressão local: Serviço de Educação Popular (SEDUP, Guarabira/PB); Centro Piauiense de Educação Popular (CEPAC, Teresina/PI); Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista (CECOP, Vitória/ES); Centro de Serviço e Assessoria Popular (CESAP), posteriormente transformado em Centro Educação e Assessoria Popular (CEDAP, Campinas/SP); Instituto de Formação e Assessoria Sindical (IFAS, Goiânia/GO); Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDANPO, Campo Grande/MS), citados por Bárbara Lopes, *Semeadores da utopia: a história do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae*. (São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 95-97), aos quais se somam o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) e o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), ambos no Rio de Janeiro.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

URPLAN – Instituto de Planejamento Regional e Urbano (PUC/SP 1974/1982?)	06	289	79,7 MB
CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto <i>Sedes Sapientae</i> (PUC/SP, 1977/1998)	2	262	30 MB
VEREDA - Centro de Estudos em Educação (1982/...)	12	559	83,7 MB
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984/...)	51	3.261	1 GB
SAPÉ - Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação (1985?/...)	15	805	578 MB
CET – Conselho de Escolas de Trabalhadores (1989/2004?)	16	631	132 MB
Ação Educativa (1994/...)	9	629	282 MB
CUT – Central Única dos Trabalhadores Programas Integrar e Integração (1996/2002)	65	2.758	1 GB
Textos complementares	2	255	2,6 MB
TOTAL	328	17.183	5 GB

Embora produzidos em período mais recente, o acesso aos materiais dos dois últimos módulos também é difícil e a bibliografia sobre essas experiências, constante normalmente de dissertações, teses e relatórios de pesquisa, é relativamente dispersa.

Essas ações são bastante oportunas, pois, com o apoio da SECAD, em 2009 teve início a implantação de Centros de Referência e Memória da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos, em três polos regionais: Sudeste (inicialmente no Rio de Janeiro) Nordeste (João Pessoa, Aracaju, Natal e Recife), Centro-Oeste (Goiânia, Brasília, Cuiabá e Campo Grande). Com vista a mapear, processar e disponibilizar em rede a documentação histórica e recente sobre EJA, assim como colher depoimentos de pessoas-chave nas experiências antigas e atuais, alguns desses centros conseguiram instalar-se nas universidades federais de Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas e, no Rio de Janeiro, na UFF e na UERJ.

Nesse esforço, em 2012 foi proporcionado às equipes dos polos regionais curso de formação realizado pelo Arquivo Nacional, fundamental para planejar a organização lógica e a catalogação do acervo documental desses centros. A catalogação dos documentos impressos, segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), é tarefa complexa e, no caso do NEDEJA, deverá ser realizada oportunamente, com recursos específicos.

Acervo bibliográfico e produtos complementares

O trabalho com o acervo documental do NEDEJA está sendo complementado com a organização de um acervo bibliográfico, composto de livros, coleções de periódicos, teses, dissertações, monografias e relatórios, com mais de 500 referências, até o momento. Parte importante desta coleção, composta de 165 livros, obras de

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

referência e relatórios de movimentos sociais e educativos populares de vários países da América Latina e África, foram recebidos por doação, em 2010, do *Centre d'Etude du Développement en Amérique Latine (CEDAL)*, com sede em Paris.

Não se pretende organizar uma biblioteca especializada, mas um centro de documentação, reunindo principalmente livros e coleções de periódicos que normalmente não são encontrados em bibliotecas. O acervo é disponibilizado para os estudantes de pós-graduação em forma de empréstimo, e para os demais interessados em forma de consulta. Alguns livros, digitalizados na íntegra, podem ser reproduzidos por *download*.

Quadro 4
Composição atual do acervo bibliográfico

Livros	Coleções	Teses	Dissertações	Monografias	Relatórios
250	176	48	30	2	6

Ainda em decorrência do trabalho com as fontes documentais, foi produzido o livro *I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, reunindo a documentação disponível sobre este encontro, realizado em setembro de 1963, no Recife. Publicado em 2009, com 352 páginas, pelo MEC e pela UNESCO, na Coleção Educação para Todos, em uma edição de 5.000 exemplares, foi distribuído gratuitamente e encontra-se disponível para consulta *on-line*.

E, desdobrou-se, também, na forma de colaboração, na produção de dois números da revista *Em Aberto*, do MEC/INEP: o n. 32, *Educação de Jovens e Adultos*, organizado por Maria Margarida Machado, e o n. 90, *Sobre os 50 anos das 40 horas de Angicos*, organizado por Marcos Guerra e Célio da Cunha. Essa revista tem edição de 3.000 exemplares, distribuída gratuitamente para todas as faculdades e centros de educação e pessoas interessadas de todo o país e disponibilizada *online* no portal do MEC/INEP. O primeiro número foi publicado em novembro de 2009, aproveitando a realização da VI Confintea, em Belém do Pará, durante a qual 250 exemplares em CD foram distribuídos para os participantes nas comissões realizadas sobre o tema. O segundo, cuja edição é do final de 2013, inseriu-se no conjunto de eventos e publicações comemorativas dos 50 anos de realização da primeira experiência exitosa do Sistema de Alfabetização de Adultos proposto por Paulo Freire, realizada em Angicos, no Rio Grande do Norte, no início dos anos de 1963. E tem-se o projeto de publicar, em futuro próximo, os anais do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958.

Uma reflexão sobre memória e história

Ao longo do trabalho, colocaram-se fortemente duas questões, que valem ser retomadas: a) até que ponto esse processo pode ser considerado *fazer pesquisa*? b) a obtenção e o processamento dos documentos consistem evidentemente na *recuperação da memória* das campanhas, movimentos e experiências; mas até que ponto isto significa *fazer história*? Estes dois pontos são abordados a seguir.

O processo de pesquisa

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

A busca intencional e orientada da documentação teve início nos anos de 1980 e seu aproveitamento na produção das teses e dissertações constituíram-se, sem dúvida, um movimento de pesquisa. Seu tratamento arquivístico e sua digitalização, tendo em vista a disponibilização do material, envolve basicamente um trabalho técnico, mas não se limita a ele. Há uma busca intencionada de outros documentos que se sabe ou que se supõe existir; seleção e análise de livros, artigos e reportagens existentes, nem sempre disponíveis; contextualiza-se a produção das campanhas e movimentos, comparando criticamente sua apresentação, informando sobre sua repercussão e a censura sofrida após o golpe civil-militar de 1964; complementam-se essas informações com entrevistas e depoimentos. Embora não se tenha conseguido trabalhar o grande número de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação sobre as campanhas e os movimentos de cultura e educação popular e a educação de jovens e adultos, foram consideradas as publicadas como livros e as mais significativas, a maior parte delas disponíveis apenas na forma mimeografada.

Por sua vez, o próprio modo de apresentar o material selecionado e processado valeu-se de um formato técnico, mas ultrapassou-o, pelo objetivo decididamente acadêmico: colocar na mão de pesquisadores, iniciais ou experimentados, com toda a autenticidade, os materiais disponíveis, com informações tão precisas quanto possível sobre as experiências. Isto tem sido particularmente difícil no caso das experiências mais antigas, como das escolas radiofônicas criadas a partir dos anos de 1930 e mesmo das campanhas de alfabetização e educação de base dos anos de 1940 e das atividades de educação rural, nos anos de 1950. Os arquivos dessas últimas campanhas no Ministério da Educação e Saúde foram inutilizados; são encontrados apenas algumas publicações e alguns relatórios no Espaço Cultural Anísio Teixeira, da UFRJ, que preserva a antiga biblioteca do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do MEC/INEP.

Se entendermos *fazer pesquisa* como um processo contínuo e sempre inacabado, a recuperação e a divulgação da memória das campanhas de alfabetização e dos movimentos de cultura e educação popular, e atualmente da educação de jovens e adultos não são apenas subsídios para isto, mas se inscrevem nesse processo. E, em nosso caso, o trabalho tem-se desdobrado em duas frentes: a) mestrandos e doutorandos da área de História têm estudado experiências importantes de escolarização e educação de adultos em séculos passados, muitas delas promovidas por empresas ou sociedades beneficentes, assim como movimentos político-sociais importantes, quase sempre financiadas pelos poderes públicos; b) mestrandos e doutorandos da área de educação de jovens e adultos documentam e analisam iniciativas mais recentes, tanto da educação popular como de programas oficiais (ProJovem, Pronera etc.). Por sua vez, a perspectiva de trabalho com as *juventudes* tem enriquecido enormemente as pesquisas e a produção de teses e dissertações.

Resgatar a memória e fazer a história

A história da educação de adultos e a história da educação popular não aparecem nos livros de história da educação brasileira. A produção sobre essas experiências e modalidades educativas consta de livros específicos, a maioria proveniente de trabalhos de teses e dissertações, mesmo os dois livros clássicos, de Vanilda Paiva e Celso de Rui

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

Beisiegel.⁴ Além disso, o difícil acesso à maioria desses livros, encontrados apenas em bibliotecas universitárias e em sebos, assim como o pouco empenho no estudo aprofundado das campanhas e movimentos, inseridos nos respectivos contextos históricos, tem levado a interpretações parciais e, não raro, incorretas.

Um exemplo pode ajudar a entender em que termos a memória assim recuperada e disponibilizada ajuda a fazer a história. Desde a I Conferência Brasileira de Educação, realizada em 1980, tem-se como senso comum que as campanhas de alfabetização e os movimentos de cultura e educação popular, entre eles o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, destinaram-se exclusivamente a adultos, ignorando a importância da escola pública para crianças (PAIVA, 1980; BEISIEGEL, 1984). Na verdade, a ênfase na educação de adultos, qualquer que fosse sua motivação político-ideológica, não se restringia aos adultos; a ausência de escolas, tanto nas periferias urbanas quanto no meio rural, encaminhava para essas “classes de emergência”, além dos adultos, crianças, adolescentes, jovens e também idosos, o que se pode comprovar nas fotos encontradas. Mais que isto, uma das importantes ações do MCP era a oferta do ensino primário para as crianças, tendo instalado 200 escolas, na periferia da cidade do Recife.

Por sua vez, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler originariamente foi uma inteligente e inovadora oferta de escolas primárias para crianças nas áreas pobres da cidade de Natal, abrindo-se só no segundo momento para uma ação mais ampla de alfabetização e cultura popular (GÓES, 1980; GERMANO, 1982; CORTEZ, 2005).

Referências bibliográficas

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ensino público e educação popular. *In*: PAIVA, Vanilda (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*, Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 63-83.

BEZERRA, Aída; RIOS, Rute. La negociación: una relación pedagógica posible”, *CESO Paperback*, 1995.

BOAVENTURA, Edivaldo M; HORTA, José Silvério Baía; ROSAS, Paulo da Silveira. Relatório-síntese do seminário sobre O Estudo da Educação Extra-escolar no Brasil, *Fórum Educacional*, n. 2, abr./jun. de 1977, p. 17-32.

CORTEZ, Margarida de Jesus. *Memórias da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”*. Natal: Ed. UFRN, 2005.

FURTER, Pierre. Existe a formação extra-escolar? Os problemas dos diagnósticos e dos inventários, *Fórum Educacional*, v. 1, n. 1, jan./mar. 1977a, p. 5-52.

⁴ Vanilda Paiva, *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira* (1. ed. São Paulo: Loyola, 1973) ou *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos* (6. ed. revista e ampliada, São Paulo: Loyola, 2003) e Celso de Rui Beisiegel, *Estado e educação popular*. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1974; 4. ed., Brasília: Liber Livro, 2004).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

_____. Os paradoxos da educação extra-escolar ou “a gênese está no fim”; comentários à guisa de conclusão para o seminário sobre O Estudo da Educação Extra-escolar no Brasil, *Fórum Educacional*, n. 2, abr./jun. de 1977b, p. 3-15.

GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a Campanha de Pé no Chão*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

GÓES, Moacyr de . *De pé no chão também se aprende a ler*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HADDAD, Sérgio. O papel das agências europeias no apoio aos processos de educação popular no Brasil, *36ª Reunião Nacional da ANPED*, GT 18 – Educação de Jovens e Adultos, Goiânia-GO, 29 de setembro a 02 de outubro de 2013. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt18_trabalhos_pdfs/gt18_301_9_texto.pdf

PAIVA, Vanilda. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 79-87.